

INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que esta monografia realmente personifica um trabalho de conclusão de curso, porque foi formulado no desenrolar dos semestres do curso de Geografia. Sua gênese aconteceu ainda no primeiro período do curso, no ano de 2000, quando tivemos a oportunidade de realizar uma pesquisa, juntamente com alguns colegas de turma, intitulada “*Migração: o espaço influenciando e sendo transformado*”, para apresentação em seminário da disciplina de Geografia da População, ministrada pelo professor Vicente Paulo dos Santos Pinto. Inicialmente pensávamos em pesquisar se haveria uma concentração de população imigrante em Juiz de Fora segundo seu local de origem. Logo, porém, este interesse inicial foi dando lugar a um que nos parecia ainda mais instigante pesquisarmos, dada a pouca informação que possuíamos até então relacionada à moradia e à mudança de pessoas dentro da cidade, o que denominávamos como migrações dentro da cidade.

Quando tivemos a oportunidade de sermos monitor na disciplina de Geografia Urbana, também ministrada pelo professor Vicente, começamos a amadurecer nossa pesquisa, verificando os muitos empecilhos criados pela simples inexistência de bases de dados que possibilitassem o estudo do fenômeno considerando a área urbana como um todo. Foi nesta fase também que tivemos o primeiro contato com o termo mobilidade residencial – que será conceituado no capítulo 1 – e com seus estudos, realizados por pesquisadores dos mais variados ramos científicos. O termo mobilidade residencial preencheu perfeitamente a lacuna terminológica que tínhamos.

Procuramos, então, nos aprofundar no conceito de mobilidade residencial e começamos a perceber a correlação deste fenômeno com outros que já havíamos estudado, como a segregação sócio-espacial, além de verificarmos seu vínculo sistêmico com a migração a nível regional e nacional, notando que não adiantaria pesquisar sobre o que ocorre dentro da cidade sem considerarmos a



relação com o que está além dos limites urbanos e, principalmente, com o político, o econômico e o social em todos os níveis.

Buscando por bancos de dados que permitissem pesquisar a mobilidade residencial em Juiz de Fora em empresas que prestam serviços públicos ao cidadão em suas moradias (como a Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA – e a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – acreditando que o censo levantasse dados relacionados à temática) e imobiliárias (crendo haverem registros de contratos de compra, venda e aluguel de imóveis), tomamos conhecimento de que tais simplesmente inexistiam, ou estavam inacessíveis por se tratarem de informações sigilosas ou pela simples má vontade de quem nos recepcionava.

Não obstante às dificuldades, demos continuidade no desenvolvimento deste trabalho com a orientação da professora doutora Maria Lúcia Pires de Menezes, crendo que suas análises teóricas e empíricas seriam importantes para a sociedade, para o planejamento e gestão urbanos e para a Geografia enquanto Ciência.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a mobilidade residencial em Juiz de Fora, tomando como estudo de caso os dados levantados através da aplicação de um questionário por amostragem no Alto Santo Antônio, reduto de moradia de população de baixa renda da cidade, sem abrimos mão da análise de fenômenos correlatos à mobilidade residencial, que aqui são a segregação sócio-espacial e a inserção do espaço intra-urbano juizforano na globalização, caracterizados, conceituados e analisados nos capítulos que seguiram a esta introdução.

Desenvolvemos o questionário com base em um outro, elaborado pelo Governo Federal e pela Caixa Econômica Federal para realizar o cadastramento único em programas sociais do governo¹ (BRASIL, 2002), acrescentando indagações ligadas à mobilidade residencial. O questionário se divide em três

¹ Tivemos acesso a este questionário, porque trabalhamos no cadastramento de famílias carentes, empreendido pela Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) em 2002, para a inclusão destas nos programas sociais do Governo Federal na época: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás.

partes que procuram levantar características básicas do domicílio, da família e da mobilidade residencial.

Na primeira parte são levantados dados sobre o tipo de moradia (casa, apartamento, cômodos), sua situação jurídica (própria, alugada, etc.), tipo de construção (alvenaria, material reaproveitado, por exemplo) e sobre infra-estrutura existente – abastecimento e tratamento de água, escoamento sanitário, energia elétrica e destino do lixo. Na segunda, busca-se caracterizar as famílias, questionando sobre a composição da família, idades, locais de nascimento, principal fonte de renda familiar, quantos estudam e onde, também onde buscam por bens e serviços (lugar que comprem mantimentos, que procuram atendimento médico) e se participam de algum programa social. A última parte indaga sobre a mobilidade residencial, levantando informações sobre o tempo em que a família habita em Juiz de Fora e no Alto Santo Antônio, se já moraram em outros imóveis na cidade e a condição de posse da moradia anterior (se era alugada, cedida, própria, etc.).

A escolha do Alto Santo Antônio como local para um estudo de caso está ligada, principalmente, ao período de formação e consolidação do assentamento, que para nós coincide com a inserção de Juiz de Fora na globalização. A intenção, a princípio, era aplicar os questionários no Alto Santo Antônio e no loteamento fechado Greenville (que também tem sua formação e consolidação no período analisado), localizado na Região de Planejamento² do São Pedro. Enviamos solicitação de permissão para a realização da pesquisa para a administração do Greenville, que foi sumariamente negada.

Os dados levantados podem ser vistos nas tabelas, gráficos e mapas nos próximos capítulos e, também, no anexo que os apresenta conforme o questionário, para que outros possam vir a utilizá-los em outras pesquisas como um banco de dados primário.

Decidimos aplicar os questionários em uma amostra da população do Alto Santo Antônio, devido ao pouco tempo e recursos que tínhamos para sua

² Divisão espacial de planejamento estabelecida pela prefeitura – subdivididas, por sua vez, em Unidades de Planejamento – que reúne bairros com características sócio-econômicas homogêneas e contínuas, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU (PJF, 1998).

realização. Baseados em informações de estagiários do Centro de Pesquisas Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que realizavam um levantamento no mesmo local, para o projeto JF bairros da prefeitura, determinamos que existiam por volta de 178 famílias morando no Alto Santo Antônio. Gerardi et Silva (1981), em uma tabela que formulam a partir de Krejcie et Morgan, apresentam 124 elementos como amostragem ideal para um universo de 180. Por medida de segurança, adotamos a quantidade de 124 famílias para uma amostra que representasse o mais próximo possível a realidade do Alto Santo Antônio. Foram aplicados, então, 126 questionários em junho de 2004 com a ajuda crucial de amigos de minha turma de curso. Entretanto dois questionários foram descartados por estarem incompletos, alcançando, assim mesmo, a amostra ideal para a análise.

Ressaltamos ainda que realizamos considerável pesquisa bibliográfica que nos permitiu fundamentar as análises dos dados conseguidos em campo, confrontando a teoria com a realidade e extraindo considerações relevantes.

Para apresentação de nosso trabalho, dividimos o texto em sete partes principais, fazendo seções em subitens quando necessário. O capítulo 1 apresenta os conceitos sobre mobilidade residencial, segregação sócio-espacial e globalização, conceitos basilares de nossas pesquisas, procurando esclarecer as relações que estabelecemos entre os três, de forma a delinear o princípio teórico que utilizamos. O capítulo 2 trás informações sobre a distribuição de renda e déficit habitacional no Brasil, caras para a compreensão do que é o assentamento de submoradias, conceituado também nesta parte, e para a análise feita no capítulo que segue ao 2. A terceira parte (o capítulo 3) analisa relação entre a globalização e o neoliberalismo e sua atuação conjunta no espaço urbano brasileiro, procurando também caracterizar as cidades médias (representadas por Juiz de Fora em nosso trabalho) e sua posição na globalização. O capítulo 4, por sua vez, apresenta Juiz de Fora e analisa seu espaço intra-urbano nas duas últimas décadas do século XX e início do XXI, ressaltando sua inserção na lógica da mais-valia mundializada. Os dados relacionados à formação e aspectos sócio-ambientais e demográficos do Alto Santo Antônio são o alvo das análises feitas no capítulo 5. Logo após, o capítulo 6 esmiúça as informações obtidas sobre a



mobilidade residencial das famílias do local escolhido como estudo de caso, principal conjunto de análises deste trabalho. Por fim, realizamos algumas considerações finais.